

# CRÍTICA REVOLUCIONÁRIA

Revolutionary Criticism

Crit Revolucionária, 2024;4:e001

Artículo original

[https://doi.org/10.14295/2764-4979-RC\\_CR.2024.v4.22](https://doi.org/10.14295/2764-4979-RC_CR.2024.v4.22)

## «#O AMOR VENCEU» EN LA VICTORIA DE LULA EN 2022: PERDÓN, ESTRATÉGIA Y ESTADO CAPITALISTA EN EL PENSAMIENTO ANTROPOLÍTICO

Lucia Dias da Silva GUERRA



Leonardo CARNUT



Áquilas MENDES



i Centro Universitário Anhanguera, Campus Santana, Curso de Nutrição. São Paulo, SP, Brasil.

ii Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Medicina – FM, Departamento de Medicina Preventiva. São Paulo, SP, Brasil.

iii Universidade de São Paulo – USP, Faculdade de Saúde Pública – FSP, Departamento de Política. São Paulo, SP, Brasil.

**Autor de correspondência:** Lucia Dias da Silva Guerra [ludsguerra@gmail.com](mailto:ludsguerra@gmail.com)

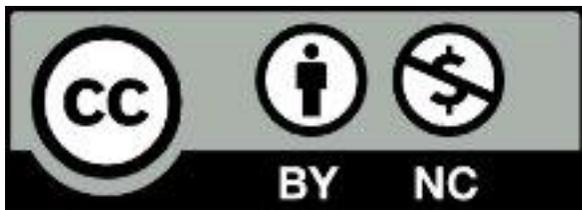
Recebido: 02 abr 2023

Revisado: 24 set 2023

Aprovado: 24 set 2023

[https://doi.org/10.14295/2764-4979RC\\_CR.v4.22](https://doi.org/10.14295/2764-4979RC_CR.v4.22)

Copyright: Artigo de acesso aberto, sob os termos da Licença Creative Commons (CC BY-NC), que permite copiar e redistribuir, remixar, transformar e criar a partir do trabalho, desde que sem fins comerciais. Obrigatória a atribuição do devido crédito.



## Resumo

Este artigo tem como objetivo refletir sobre os rituais de perdão como estratégia política do Estado capitalista. Para isso, optamos por um formato de ensaio crítico para pensar o tema, cuja organização do texto foi realizada em três seções. A primeira seção reflete sobre o perdão e sua eficácia política desde o ponto de vista simbólico. A segunda trata do Estado capitalista contemporâneo e de sua “política de perdão” em casos particulares, demonstrando que essa estratégia política é antiga e está sendo reconfigurada atualmente. A terceira seção aborda o caso brasileiro de “# OAmorVenceu” na vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 e como essa “retórica do amor” reformula o processo de perdão, a ponto de não mais existir mais a necessidade do mesmo, subvertendo a lógica do “pedido-aceitação-reconciliação”. Por fim, são feitas algumas breves considerações finais com o objetivo de direcionar as reflexões para novas observações.

**Descritores:** Perdão; Estado; Antropologia; Crítica; Marxismo.

<p><b>«#O AMOR VENCEU» EN LA VICTORIA DE LULA EN 2022: PERDÓN, ESTRATÉGIA Y ESTADO CAPITALISTA EN EL PENSAMIENTO ANTROPOLÍTICO</b></p> <p><b>Resumen:</b> Este artículo visa reflexionar sobre los rituales del perdón como estrategia política del Estado capitalista. Para ello, optamos por un formato de ensayo crítico para pensar el tema, con el texto organizado en tres apartados. El primer apartado reflexiona sobre el perdón y su eficacia política desde un punto de vista simbólico. La segunda sección trata sobre el Estado capitalista contemporáneo y sus «políticas de perdón» en casos particulares, demostrando que esta estrategia política es antigua y actualmente se está reconfigurando.</p>	<p><b>“#O AMOR VENCEU” IN LULA’S 2022 VICTORY: FORGIVENESS, STRATEGY AND THE CAPITALIST STATE IN ANTHROPOLYTIC THOUGHT</b></p> <p><b>Abstract:</b> This article has the objective of reflecting on the rituals of forgiveness as a political strategy of the capitalist State. We opted for a critical essay format to think about the topic, whose organization of the text was carried out in three sections. The first session reflects on forgiveness and its political effectiveness from a symbolic point of view. The second session presents the contemporary capitalist State and its “forgiveness policy” in particular cases, demonstrating that this political strategy is old and is currently being reconfigured. The</p>
---	---

<p>En la tercera sección, se aborda el caso brasileño de «#OAmorVenceu» en la victoria de Luiz Inácio Lula da Silva en 2022 y cómo esta «retórica del amor» reformula el proceso del perdón, hasta el punto de que ya no lo sea más necesario, subvirtiendo la lógica «pedido-aceptación-reconciliación». Finalmente, se tejen breves consideraciones finales con el fin de encaminar reflexiones hacia nuevas observaciones.</p> <p><b>Descriptor:</b> Perdón; Estado; Antropología; Crítica; Marxismo.</p>		<p>third section deals with the Brazilian case of “# OAmorVenceu” in the victory of Luiz Inácio Lula da Silva in 2022 and how this “rhetoric of love” reformulates the process of forgiveness, to the point of no longer existing its necessity, subverting the logic of “forgiveness-oiling-reconciliation”. Finally, there are some brief final considerations in order to direct the reflections for new observations.</p> <p><b>Descriptors:</b> Forgiveness; State; Anthropology; Criticism; Marxism.</p>
--	--	--

## INTRODUÇÃO

As experiências de pedidos de desculpas como forma de aliviar as tensões e renovar a coesão feitas pelo Estado capitalista têm sido uma estratégia política muito frequente no século XXI. Embora isso não seja necessariamente novo, uma vez que as primeiras experiências de “desculpas” formuladas institucionalmente em nível internacional já estavam presentes no primeiro quarto do século XX, é importante observar que foi apenas muito recentemente, no período do capitalismo ultraneoliberal financeirizado, que esses pedidos têm se multiplicado.

Partimos da hipótese de que o **perdão**, uma vez ritualizado, atua de forma muito mais eficaz quando é utilizado pelos governos como forma de contornar a insatisfação, reconhecendo seus erros, por um lado, e, por outro, utilizando os mecanismos da forma jurídica estatal para manter as relações sociais capitalistas, desenvolvendo-as. Essa estratégia política, por mais que pareça um genuíno pedido de desculpas, em sua essência apenas auxilia a perpetuação do modo de produção capitalista ao conter as revoltas populares e impedir a visão de futuro para além dessa sociabilidade.

Assim, entendemos que os Estados capitalistas contemporâneos têm constituído verdadeiras **políticas de perdão** que, dependendo do caso sócio-histórico, ou da circunstância do **arrependimento**, ou mesmo da conjuntura de manutenção da governabilidade, vêm complexificando suas formas de utilização do perdão como estratégia de “apaziguamento” de ânimos, para tornar a luta de classes do século XXI uma monotonia. O objetivo disso é claro: dar

a impressão de um **alto grau de estabilidade** das instituições burguesas, sedimentando nos ideais sociais a percepção de imutabilidade e, portanto, de perpetuidade dessas instituições.

O objetivo deste artigo é, portanto, refletir sobre os rituais de perdão como uma estratégia política do Estado capitalista. Para tanto, optamos por um formato de ensaio crítico para pensar sobre o assunto, com o texto organizado em três seções. A primeira seção reflete sobre o perdão e sua eficácia política do ponto de vista simbólico. A segunda seção trata do Estado capitalista contemporâneo e de suas políticas de perdão em casos particulares, demonstrando que essa estratégia política é antiga e está sendo reconfigurada. A terceira seção discute o caso brasileiro do “*#OAmorVenceu*” na vitória de Luiz Inácio Lula da Silva em 2022 e como essa **retórica do amor** reformula o processo de perdão, a ponto de não ser mais necessário, subvertendo a lógica do “pedido-aceitação-reconciliação”. Por fim, breves considerações finais são tecidas em uma série de reflexões para observações futuras.

## **PERDÃO E EFICÁCIA POLÍTICA**

Em termos gerais, a psicologia social e a antropologia cultural admitem que o ato de perdoar está relacionado ao reconhecimento de que alguém cometeu um erro contra uma pessoa. No entanto, a vítima opta por deixar de lado o rancor contra aquele que a traiu, injustiçou ou até mesmo insultou.<sup>1</sup> Nas ideias populares, o ato de perdoar é um ato de decisão de um indivíduo em relação a questões internas que perturbam sua paz interior.

Há também um entendimento de que o perdão é importante. Em culturas com forte influência judaico-cristã, o papel do perdão está intimamente associado à narrativa de purgar sentimentos deletérios (culpa) da alma e/ou à busca da **evolução espiritual**, extirpando assim o ressentimento, a raiva e, em especial, a arquitetura de uma possível vingança. Quando sentimentos negativos como esses dominam um ser humano, eles trazem à tona o que há de pior nele, desencadeando danos físicos e psicológicos a si mesmo e às pessoas ao seu redor.

Embora **perdoar** não signifique necessariamente **esquecer**, mas sim **lembrar** o que aconteceu, aprender com os erros do passado e amadurecer suas escolhas por meio da experiência histórica **individual**, isso pode servir como uma maneira muito eficaz para que sujeitos isolados trabalhem o perdão. Mas isso não parece ser tão eficaz quando se pensa na experiência histórica **social**.

A diferença entre os vieses de memória de um indivíduo é distinta dos vieses da memória social. A memória social depende de outros artifícios para se manter viva e é refém de uma **sustentação** muito mais complexa que depende da passagem das gerações que viveram os eventos para as gerações que não os viveram. Além disso, é necessário o cultivo de versões verdadeiras dos fatos. Esse **viés da memória** social, se é que podemos chamá-lo assim, é muito diferente do viés da memória do indivíduo e exige muito mais empenho da sociedade para mantê-lo vivo e, mesmo dentro dos limites interpretativos que mantêm os entendimentos do ponto de vista da visão específica da classe trabalhadora (e não da classe dominante).

Assim, quando se pensa no desenvolvimento do poder do perdão social, ele pode, dependendo das circunstâncias, significar o “esquecimento” de um evento trágico, de uma violência brutal contra os trabalhadores, ou até mesmo desfocar fatos **controversos** sugerindo interpretações que mascarem os danos causados às classes mais pobres. Entretanto, sem trazer consigo um senso de aprendizado social ou ser um insumo para melhores opções de políticas que favoreçam a classe trabalhadora no futuro.

É nesse sentido que concordamos com González Cruz *et al.*<sup>2</sup> quando apontam que há uma tendência crescente de os Estados-nação ritualizarem os processos de perdão para garantir a eficácia política derivada desse ato. Seu objetivo é claro: harmonizar os ânimos da classe que vive do trabalho e aliviar a luta de classes, permitindo que o processo de violência constante (do capital sobre o trabalho) permaneça ótimo, com o Estado capitalista como solucionador desses conflitos.

O ritual é um elemento importante nesse processo. Apenas o ato de pedir perdão não é caracterizado como um ato suficiente para que a escolha de aceitá-lo seja eficaz. A eficácia política do ato do Estado capitalista de ter seu pedido de perdão aceito permeia a necessidade da construção de um “rito”. Portanto, o papel ritualizado do ato de perdão, divulgado e manobrado com cautela e teatralidade, é fundamental. A aparência de um sentimento **real** de compaixão justifica o arrependimento pela dor de povos ou populações dizimados cotidianamente pelo próprio Estado.

Segalen<sup>3</sup> explica a complexidade do rito que garante a eficácia simbólica necessária:

os ritos devem ser sempre considerados como um conjunto de comportamentos individuais ou coletivos relativamente codificados, com suporte corporal (verbal, gestual e postural), caráter repetitivo e forte carga simbólica para atores e testemunhas. Tais comportamentos se baseiam em uma adesão mental - da qual o ator pode não ter consciência - a valores relacionados a escolhas sociais consideradas importantes e cuja eficácia esperada não decorre de uma lógica puramente empírica que se esgotaria na instrumentalidade técnica da conexão causa-efeito.<sup>3(32, tradução nossa)</sup>

O ritual do perdão, uma vez realizado nas condições que lhe são propícias, adquire eficácia ao se tornar um elemento de resolução utilizado corretamente “no tempo” e “na forma”.<sup>4</sup> Vale notar que uma forma de perpetuar a violência cotidiana é optar por rituais de perdão com alta eficácia simbólica, especialmente em momentos de “grande injustiça”. A ideia é que esses rituais demonstrem que “o perdão é necessário” e que a classe trabalhadora possa acreditar em seu altruísmo, exercitando, ainda que simbolicamente, a maturidade e a experiência, seria o mesmo que acreditar que o ato lesivo não se repetirá.

É por isso que Lévi-Strauss<sup>5</sup> deixa claro que a crença no ato simbólico é fundamental para sua eficácia. No resumo, Cichowicz<sup>6</sup> afirma que:

Entendendo a eficácia ritual como eficácia simbólica, o antropólogo francês argumentará que a eficácia da magia implica necessariamente a crença nela. Essa crença, por sua vez, se apresentaria sob três aspectos complementares: a crença do feiticeiro em suas técnicas, a crença do paciente no poder do feiticeiro e o consenso coletivo.<sup>6(105, tradução nossa)</sup>

Outro ponto importante sobre a eficácia simbólica dos rituais, especificamente os de **perdão** fornecidos pelo Estado capitalista, é que esses rituais visam, como Lévi-Strauss<sup>5</sup>, **curar** uma ferida. Nesse caso, a crença no ato ritualístico permite uma sensação de **cura da alma** de forma semelhante à cura xamânica apresentada pelo autor. O papel do perdoador (povos nativos, movimentos sociais, grupos de ativistas políticos *etc.*) para o perdoado (Estado capitalista) traz a sensação de cura de uma injustiça histórico-social vivida que, a partir desse ritual, pode ser considerada resolvida. Nas palavras de Cichowicz:<sup>6</sup>

[...] ao analisar os processos de cura xamânicos, Lévi-Strauss observa que a explicação da cura como um fenômeno psicológico não faria sentido até que fossem definidas as maneiras pelas quais tais representações são invocadas na luta contra distúrbios fisiológicos [...]. Assim, para que *a cura ocorra por meio da crença*, seria necessário organizar o estado de caos vivido pela vítima a fim de torná-lo inteligível [...].<sup>6(105, grifo nosso)</sup>

É nesse ponto, a “possibilidade de cura”, que a operação entre mito e rito entra em ação. Em outras palavras, a figura mítica da solução “mágica” de conflitos entra em cena, como uma incorporação simbólica dessa **magia** no rito. Essa operação culturalmente delimitada demonstra a eficácia simbólica do ritual na cura das feridas do passado sem a necessidade de racionalizar a relação concreta de causa e efeito.

Assim, esse **papel sacral** da atribuição de valor (simbólico), construído subjetivamente no mito e legitimado no ritual<sup>7</sup>, é capaz de imbuir o Estado capitalista com a solução de problemas como se eles **emanassem de forças sobrenaturais**, como se fossem ditados pelos sistemas de

crenças dos quais os povos subjugados fazem parte, sem a necessidade de o Estado resolver de fato os problemas.

Essa é a estratégia política na qual o Estado capitalista contemporâneo está apostando. Ele vem desenvolvendo formas de ritualizar o perdão como uma maneira de gerar na classe trabalhadora um senso da necessidade de permanecer em paz com o Estado e consigo mesma. Ao perdoar, seria possível se libertar do sentimento de amargura que pode aprisioná-los em torno de uma memória negativa, mesmo que seja uma ferida profunda que tenha dizimado centenas de vidas ou trazido tragédia a milhares de famílias.

## **O ESTADO E A POLÍTICA DO PERDÃO**

Para desenvolver o perdão, é necessário que, mesmo que a lembrança do ato passado volte a seus pensamentos, ela não afete o presente nem abale sua paz habitual. Sem isso, uma pessoa que não perdoa fica presa, impedida de se envolver em uma simples interação por causa de um sentimento ruim.

É esse argumento que o Estado capitalista usa principalmente para **manter** a população avançando e **não retrocedendo**.<sup>8</sup> Os rituais de perdão adotados pelo Estado capitalista vêm traduzindo sua eficácia simbólica ao se referir a outra dimensão explicativa: os efeitos de um tipo específico de ação violenta ou experiência trágica. Em outras palavras, não se trata mais de simplesmente **pedir desculpas por más ações**, mas de focar nos efeitos morais, simbólicos e psíquicos que aqueles que perdoam sofrerão se não aceitarem o pedido. Assim, questões como a dicotomia entre a ordem objetiva e subjetiva, entre o físico e o moral, entre a matéria e o símbolo, entre o representacionalismo e o pragmatismo, estão em jogo nessa diferença entre as duas dimensões da **cura social**. Uma diferença que, de certa forma, restabelece a dicotomia entre magia/ciência ou religião/ciência, ou até mesmo, em termos mais diretos, entre rito/técnica.<sup>9</sup> Mas é necessário ter em mente que o rito não apenas restabelece a dicotomia, mas também garante a disjunção do mundo entre o sagrado e o profano a fim de manter a ordem simbólico-real. O rito elimina os limiares perigosos.

Portanto, a explicação apresentada pelo rito do perdão torna-se mais convincente e justifica os fatos porque partiria do sentimento **genuíno** de arrependimento que já se concentra nas consequências. Assim, a explicação **racional** dos fenômenos começa a ter menos poder explicativo. Eles são reduzidos diante de anistias políticas para os militares, reparações

econômicas insignificantes ou justiça transicional<sup>a</sup> incompleta, por exemplo.<sup>10</sup> Condenações retardadas por processos judiciais demorados e até mesmo prisões que não são efetuadas devido a foros privilegiados ou critérios legais de proteção de altos funcionários também contribuem para impedir que as reparações sociais que deveriam ser feitas ocorram, abrindo brechas para a manutenção da economia capitalista e sua violência estatal.

Casos de pedidos de perdão por parte do Estado têm sido comuns na contemporaneidade, dando origem ao que se pode chamar de **Políticas de Perdão**.

Essas políticas (públicas), às vezes com a ação incisiva da sociedade civil, vêm lançando as bases para procedimentos de perdão coletivo. Muitos casos foram delineados em todo o mundo. Por exemplo, o mais frequente tem sido o pedido de perdão pelo processo de colonização brutal e forçada.<sup>11</sup> Mesmo sabendo que as relações de dominação derivadas do colonialismo perduram e que os impactos causados pelos erros do passado permanecem em suas consequências até hoje, o Estado tem solicitado o reconhecimento da discriminação e do trauma históricos. Assim, a política do perdão refere-se a um conjunto de discursos e dispositivos políticos que visam não apenas ao reconhecimento dos atores políticos que sofreram direta ou indiretamente a violência do Estado, mas também a um dever de justiça, reparação, restituição material e **reconciliação**. Como se fosse possível reconciliar-se com um Estado que sustenta as relações sociais geneticamente destrutivas do modo de civilização capitalista<sup>b</sup>.<sup>12</sup>

O caso do Canadá e da Austrália tornou-se notório porque eles decidiram se retratar com os povos indígenas das políticas agressivas e racistas do processo de aculturação e assimilação. Após o pedido de desculpas, eles iniciaram um processo de reconciliação, embora com resultados diferentes: no Canadá, a reconciliação deu preferência às negociações e tomou a direção da **autonomia** indígena, mas, como sempre faz, por meio de uma política “de cima para baixo”, levando em conta as demandas das Primeiras Nações e adaptando-as às negociações de “autonomia

---

<sup>a</sup> Justiça transicional refere-se ao conjunto de ações, mecanismos e estudos desenvolvidos para enfrentar períodos de conflitos internos, violações sistemáticas de direitos humanos e violência em massa contra grupos sociais ou indivíduos. Os objetivos que orientam a justiça transicional são: a) Processar os autores de crimes e graves violações de direitos humanos; b) Estabelecer a verdade sobre os eventos ocorridos no período; c) Registrar, reconhecer e dar visibilidade à memória como construção essencial da história do país; d) Oferecer reparação às vítimas; e) Reformar as instituições envolvidas nas violações cometidas.

<sup>b</sup> Ávalos<sup>12</sup>, partindo da crítica à economia política de Marx, destaca a contribuição deste autor em *O Capital* para a existência de uma teoria da dominação ao desenvolver a análise e compreensão das relações sociais entre seres humanos - relações que constituem momentos no conceito de capital, entendido como forma de civilização. Ávalos sustenta que o capital é dominação entre seres humanos; dominação que assume diferentes dimensões e formas conforme o desenrolar processual dessa relação.

legal”, demonstrando que a reconciliação é apenas mais um **negócio do homem branco**. Na Austrália, a reconciliação apresentou um caminho tortuoso entre os governos que terminou em um procedimento **formal, legal e burocrático** de reconciliação. Resende<sup>11</sup> tende a concordar com os especialistas no assunto de que há diferenças culturais e que muitas das demandas entre colonizadores e colonizados são irreconciliáveis e, portanto, longe de ser um pedido legítimo de perdão, destina-se apenas a **passar um rascunho** no passado e continuar com a violência estatal, a esta altura, mais sofisticada.

Os países capitalistas centrais estão ganhando notoriedade na política do perdão. Um caso antigo e bem conhecido foi o dos Estados Unidos, que pediu desculpas ao Estado guatemalteco por financiar um estudo na década de 1940 envolvendo centenas de guatemaltecos, que foram infectados com sífilis e gonorreia sem seu consentimento, incorrendo em sérias implicações bioéticas. O estudo, realizado entre 1946 e 1948 na Guatemala, foi claramente uma falha ética repreensível e o governo dos EUA se ofereceu para pedir desculpas publicamente a todos aqueles que foram afetados por essas práticas repugnantes. O então presidente da Guatemala, Álvaro Colom, descreveu as experiências como um crime contra a humanidade e não descartou a possibilidade de denunciar o caso.<sup>13</sup>

Outro pedido de perdão dos EUA estava relacionado à escravidão e à segregação étnico-racial dos negros. Os EUA expressaram seu arrependimento pela escravidão em duas resoluções separadas: uma em 2008, escrita pela Câmara dos Deputados; e outra em 2009, pelo Senado.<sup>14</sup> Ambas as câmaras pediram desculpas ao Senado e à Câmara dos Deputados dos EUA em 2009.

Ambas as câmaras pediram desculpas aos afro-americanos em nome do povo dos Estados Unidos pelos danos causados a eles e a seus ancestrais durante a escravidão e, posteriormente, nas décadas de segregação que se seguiram. Embora tenha havido pouca oposição às medidas, o fato de que ambos os lados do Congresso não conseguiram chegar a um acordo sobre uma única resolução expõe um dos principais problemas quando se trata de solicitações como essas. O pedido de desculpas do Senado incluiu uma isenção de responsabilidade de que não poderia ser usado como base para reivindicar compensação financeira pela escravidão ou segregação contra os Estados Unidos. Isso foi contestado por alguns representantes negros na Câmara, que fizeram campanha por reparações para os descendentes de escravos. O presidente da época, Barack Obama,

acolheu o pedido de desculpas do Congresso, mas nunca abordou a questão das reparações financeiras enquanto estava no cargo.<sup>15</sup>

Outro caso de um país capitalista central está relacionado ao papel da Inglaterra na fome irlandesa. Pouco mais de 150 anos após o início de um período de fome severa na Irlanda, em 1845, o primeiro-ministro do Reino Unido, Tony Blair, disse: “Aqueles que governavam em Londres na época falharam com seu povo”.<sup>15(1)</sup> Cerca de um milhão de pessoas morreram e dois milhões emigraram quando a safra de batatas da Irlanda sofreu graves problemas e o parlamento britânico demorou a diminuir as restrições à importação de alimentos. O discurso de 1997 foi feito em um momento em que as relações entre o Reino Unido e a Irlanda (que fazia parte do Reino Unido até 1922) estavam melhorando, culminando no Acordo de Belfast<sup>15</sup>, que buscou resolver muitas das amargas divergências entre os dois países sobre a Irlanda do Norte. Os críticos reclamaram que as palavras de Blair não eram um pedido de desculpas completo e formal. Embora nenhuma oferta de compensação tenha sido feita à Irlanda pela fome, o Reino Unido pagou reparações aos governados pelos britânicos mais recentemente, mas, quando se trata dos processos de espoliação no **Sul Global**, a reparação não foi aprovada nas demandas por perdão e reparações das ilhas do Caribe colonizadas pela Grã-Bretanha, por exemplo.<sup>15</sup>

Também é importante não esquecer o famoso caso da compensação histórica da Alemanha Ocidental pelo Holocausto. Esse também pode ser um dos precursores do caso de pedir desculpas à humanidade. Diferentemente dos casos anteriores, a Alemanha Ocidental concordou rapidamente em pagar reparações após a Segunda Guerra Mundial pelas ações de seu Estado predecessor, a Alemanha nazista. Em 1951, o chanceler Konrad Adenauer disse: “Crimes hediondos foram cometidos em nome do povo alemão, o que exige uma compensação moral e material”.<sup>15</sup> Os pagamentos a Israel e aos sobreviventes do Holocausto a partir de 1953 totalizaram mais de US\$ 70.000,00. Surpreendentemente, nesse caso, foram algumas das vítimas que exigiram a indenização. Elas acreditavam que, se Israel aceitasse dinheiro da Alemanha Ocidental, perdoaria os nazistas por seus crimes. Nesse meio tempo, parte do dinheiro ajudou a apoiar Israel em seus primeiros anos de existência.<sup>15</sup>

O Estado do Vaticano também não está excluído da busca por **políticas de perdão**. Embora a Igreja Católica seja vista em todo o mundo como sinônimo de melhoria e apaziguamento, o Papa Francisco pediu desculpas publicamente pelos danos causados às crianças indígenas pela Igreja.

O Papa disse que tem vergonha do sistema de internatos que causou a morte de pelo menos 4.000 crianças por doenças, desnutrição, negligência ou abuso no país.<sup>15</sup>

As políticas de perdão se tornaram uma tendência global, mesmo em países de capitalismo dependente e também nos chamados governos progressistas. O caso mais emblemático foi o do presidente do México, Andrés Manuel López Obrador (AMLO), que vem adotando uma clara política de perdão para vários processos sócio-históricos considerados criminosos. Recentemente, AMLO pediu desculpas aos membros do povo indígena Yaqui, originário do norte do país, pelos crimes de Estado cometidos contra eles. De acordo com o presidente: “Viemos reafirmar nosso compromisso de fazer justiça ao povo Yaqui. Em primeiro lugar, queremos pedir-lhes perdão pelos crimes de Estado cometidos contra seus ancestrais”,<sup>16(2)</sup> declarou o presidente em um ato público em Vítam, a maior comunidade Yaqui no estado de Sonora (norte).<sup>16</sup>

Outro pedido de desculpas histórico e simbólico também foi feito ao povo maia. AMLO considera que o colonialismo espanhol foi o culpado pelas expropriações do povo maia de Yucatán e destacou aqueles que ele considera vítimas, e falou de reconciliação, mas não de reparações. Uma desculpa mais parecida com um discurso político e com pouca eficácia política para curar uma ferida muito profunda. O pedido de desculpas aos povos maias foi anunciado em 2019, quando se soube que López Obrador havia exigido que o rei Felipe VI da Espanha “pedisse desculpas aos povos originários pelas violações do que atualmente se conhece como direitos humanos”.<sup>16</sup> O governo espanhol rejeitou a iniciativa (“Nossos povos irmãos sempre souberam ler nosso passado compartilhado sem raiva e com um olhar construtivo”<sup>(2,ênfase adicionada)</sup>, foi parte da resposta), mas a carta abriu uma brecha entre os dois governos que ainda não cicatrizou. O presidente mexicano não repetiu essa mensagem, mas não escondeu que sua posição era exigir um pedido de desculpas do rei da Espanha. A posição do país europeu é exaustiva: Juan Carlos I, pai do atual monarca, já se desculpou em 1990 pelas atrocidades cometidas durante a conquista.

Esse mesmo pedido de perdão de López Obrador foi inclusive rechaçado pelo Exército Zapatista de Libertação Nacional, que viu no presidente mais oportunismo político do que uma manifestação sincera. “Nem o Estado espanhol nem a Igreja Católica têm que nos pedir perdão por nada”,<sup>16(1)</sup> escreveram mais tarde. “Chega de brincar com o passado distante para justificar, com demagogia e hipocrisia, os crimes atuais e em andamento”.<sup>16(1)</sup>

Em outro caso, o presidente mexicano emitiu um pedido formal de desculpas pelo massacre de 303 chineses na cidade de Torreón, no norte do país, em 1911: “O Estado mexicano nunca mais

permitirá o racismo, a discriminação e a xenofobia”,<sup>17(1)</sup> disse o presidente durante a cerimônia em Torreón.<sup>17</sup> O massacre cometido entre 13 e 15 de maio de 1911 ocorreu em meio à Revolução Mexicana, quando os rebeldes que lutavam sob o comando de Francisco I. Madero assumiram o controle da cidade.

Nesse sentido, a política de perdão parece permear o cenário do capitalismo ultraneoliberal<sup>c</sup> financeirizado em crise como uma tentativa,<sup>18</sup> embora sutil, do Estado capitalista de agir de forma a amortecer o fardo da exploração capitalista, preparar o terreno para um novo salto de exploração neocolonial e permitir que a classe trabalhadora, seja ela formalizada ou marginalizada, fique em paz consigo mesma e com o Estado. Esse projeto de avanço do capitalismo por meio de uma saída para uma crise estrutural aguda exige, contraditoriamente, desde novos tipos de agressão frontal - como nos neofascismos experimentados do norte ao sul do mundo<sup>19</sup> - até formas de manter o consenso da política capitalista de dominação por meio de rituais que recuperam a mais piedosa da moralidade burguesa decadente: perdão por continuar violando.

### **“#O AMOR VENCEU”: REUNIFICAÇÃO, ANTIRREVANCHISMO E ANISTIA?**

Há um certo consenso de que o perdão é uma oportunidade de se libertar dos laços negativos do passado e seguir em frente. O perdão é, portanto, uma “ação libertadora” que simboliza a inteligência e permite que a pessoa amadureça. “Não perdoar”, ao contrário, impediria a possibilidade de experimentar novas possibilidades e de ter mais satisfação em sua vida pessoal. Alguns indivíduos permanecem ressentidos com os outros e guardam rancor por muito tempo, o que é extremamente prejudicial para ambos. Afinal, aqueles que **não perdoam** limitam suas **possibilidades de amar**.

É sob essa retórica da “possibilidade de amar” que a campanha de Luiz Inácio Lula da Silva no Brasil em 2022 foi trabalhada contra seu oponente neofascista Jair Messias Bolsonaro, em uma tentativa de **restaurar** e **reunificar** uma nação fragmentada por um intenso processo de

---

<sup>c</sup> A expressão 'ultraneoliberal' é adotada por Boffo, Saad-Filho e Fine<sup>18</sup> em referência ao período histórico compreendido como a 'virada autoritária' do neoliberalismo, intensificando as políticas de defesa do mercado, com maiores restrições ao gasto público. Segundo estes autores, o neoliberalismo necessita do conservadorismo radical e do autoritarismo para se tornar 'ultra', já que as fases anteriores de 'instalação' e 'subjetivação' do neoliberalismo não foram suficientes para superar a crise capitalista de longo prazo após o colapso de 2007-2008.<sup>18</sup>

polarização acompanhado de forte fascistização social. Seu slogan de campanha foi baseado na ideia de que **o amor vencerá o ódio**.

Esse processo, ainda que eleitoralmente, foi expresso na estreita margem de votos que permitiu a Lula vencer as eleições presidenciais do Brasil em 2022 com uma diferença de apenas 1,8% dos votos válidos.<sup>20</sup> O confronto eleitoral com o neofascismo bolsonarista assumiu uma retórica midiática baseada no **Amor** e em seu potencial intrínseco de superação de situações difíceis e de sofrimento social - como foi o caso do período Temer-Bolsonaro (2016-2022) - em que o Brasil sofreu dois eventos sucessivos que deixaram muitos traumas sociais na população brasileira: primeiro, o golpe de Estado de 2016 contra a presidente democraticamente eleita Dilma Rousseff e, segundo, a eleição de um governo claramente neofascista de Jair Bolsonaro.<sup>21</sup>

Após vencer as eleições de 2022, Lula rapidamente adotou a retórica do “Amor Venceu”, tornando-se o primeiro presidente do Brasil a exercer um terceiro mandato de forma eleitoralmente válida, e ainda foi saudado como o “líder mundial que derrotou o fascismo do século XXI na América Latina”.<sup>20</sup>

Em seguida, no momento político da investidura do cargo público, Lula retomou a retórica do “Amor Venceu”, propondo a reunificação do país, reiterando o discurso de que “não existem dois ‘Brasis’” (em alusão à divisão polarizada e explícita nas eleições) e que o ressentimento social dos derrotados deve ser superado para que a nação  **siga em frente**.

Se, por um lado, o ânimo **unificador** parecia estar voltado apenas para a parcela fascista da população brasileira, o contrário logo se tornou evidente. Assim, o presidente do Senado Federal, Rodrigo Pacheco, em seu discurso durante a posse do presidente, em nome do Estado brasileiro, pediu que não houvesse represálias do grupo progressista que havia assumido o poder (presidente: Lula e vice-presidente: Alckmin), aludindo aos contínuos ataques que o governo de Bolsonaro estava realizando pelo Estado brasileiro à população, desmantelando direitos sociais - alguns historicamente estabelecidos, como o direito à saúde por meio do Sistema Único de Saúde (SUS), e também no caso da universidade pública no Brasil - enquanto a pandemia e, também, com a negligência de mortes e o atraso deliberado no acesso à vacina contra o coronavírus.

Em palavras fortes, Pacheco afirmou que o país precisava de um processo de pacificação. Lula, em seu discurso, apoiou a posição de Pacheco, dizendo que não haveria **espírito de vingança** em seu governo, mas que **o terror e a violência** recebidos em seu mandato seriam respondidos com **as mais duras consequências** da lei. Lula afirmou que

o mandato que recebemos, diante de adversários inspirados pelo fascismo, será defendido com os poderes que a Constituição confere à democracia. Responderemos ao ódio com amor. Às mentiras, responderemos com a verdade. Ao terror e à violência, responderemos com leis e suas mais severas consequências.<sup>22(1, ênfase adicionada, tradução nossa)</sup>

Esse apelo ao amor como uma forma de suavizar as relações tensas entre o Estado capitalista e a sociedade civil encontra um lar nessa estratégia política astuta de reformular o pedido de desculpas, voltando ao uso do amor como uma forma de confrontar o adversário, mas ao mesmo tempo obscurecendo a forma do Estado<sup>d</sup> nesse processo de responsabilização.<sup>23</sup> Quando o pedido de perdão não precisa ocorrer, porque já foi perdoado de antemão pelo uso do amor como forma de resolver problemas políticos, o perdão - que implicaria um arrependimento que talvez servisse para evitar a repetição dos erros do passado - não é mais necessário. Nesse caso, o pedido nem precisa ser considerado, abrindo uma brecha para que o perdão não seja uma possibilidade e para que o amor seja usado como uma arma para dissolver as tensões de poder, como se pudesse fazer isso. Essa é uma brecha para que os processos de memória social dos erros do passado sejam esquecidos mais rapidamente e, é claro, ainda possam ser cometidos, já que o erro nem sequer foi admitido.<sup>11</sup>

Há uma expectativa na esquerda brasileira de que, com o exercício do **amor**, a reunificação social pode ser alcançada. Como se esse exercício fosse suficiente para superar o ressentimento social pela derrota - quase eleitoral - do bolsonarismo. O exercício do amor funcionaria como uma compensação - pela “restauração” das regras institucionais do Estado burguês - que poderia evitar a repetição de outros levantes despóticos apenas por causa dessa falsa sensação de normalidade democrática.

Parece interessante ver como é gerada uma taxonomia: esquerda-amor e direita-ódio, como se fosse possível **rotular emoções**. Identificar a esquerda com o amor, ao mesmo tempo, apaga um elemento muito importante, **o ódio de classe**. Assim, o discurso do amor apaga a luta de classes e o sentimento de frustração com a totalidade capitalista. Isso faz com que se perca, repetidamente,

---

<sup>d</sup> A categoria "forma-Estado" difere do aparelho estatal. Aqui, nos baseamos na distinção apresentada por Holloway em seus estudos sobre a relação entre Estado e Capital. Para este autor, a forma-Estado “[...] nos remete a uma forma não autônoma de desenvolver as relações do capital - o que não significa que a instituição (o aparelho) não exista. Pode-se falar de uma 'dupla dimensão' do Estado: como relação de dominação capitalista e como aparelho. A forma não pode ter uma existência desencarnada; ela se materializa através do desenvolvimento institucional do Estado e da atuação de seus agentes. Da mesma forma, o desenvolvimento institucional do aparelho só pode ser a expressão do desenvolvimento histórico das relações sociais.”<sup>23(6)</sup>

a oportunidade de canalizar esforços para a luta anticapitalista, cujas expectativas da classe trabalhadora são, novamente, cooptadas pela condescendência da forma estatal.

Ainda assim, dando continuidade aos eventos que resultaram da posse de Lula em 2022, em contato com o público presente na festa de posse realizada fora do Congresso Nacional, Lula retomou a agenda da reunificação do país e avançou seu discurso no tom de **Um Só Brasil**. A multidão reunida em frente ao palco rapidamente entoou um coro uníssono de “Não à Anistia!”, claramente direcionado ao Estado brasileiro não perdoar Bolsonaro pelos crimes cometidos no Brasil durante seu mandato, especialmente aqueles relacionados à gestão genocida da pandemia vivida no país.

A hashtag #SEMANISTIA surgiu rapidamente nas redes sociais como uma das mensagens políticas de rejeição ao indulto que o Estado poderia conceder a Bolsonaro por seus crimes. Em resposta ao apelo popular pela não anistia de Bolsonaro, foi aberta uma investigação criminal sobre cinco crimes durante seu mandato: (a) Disseminação de notícias falsas sobre a vacina contra a Covid-19; (b) Criação de *Fake news* e milícias digitais; (c) Interferência na Polícia Federal; (d) Vazamento de dados sigilosos sobre um atentado ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e, inclusive, crimes cometidos antes de Bolsonaro ser eleito presidente, como o; (e) Incitação ao estupro e injúria. Mesmo com todo esse registro de crimes, a expectativa atual é que, na melhor das hipóteses, Bolsonaro dificilmente se tornará inelegível.<sup>24</sup>

Sem um pedido formal de perdão, aliado a um processo de tráfico de influência e ao uso da forma jurídica do Estado capitalista em seu benefício, juntamente com o uso do Amor como forma de perdão reverso e apagamento histórico, tendemos a admitir que o Brasil de 2023 apresentará uma versão mais polida do processo de perdão social. Esse processo parece ser o mais astuto dos apagamentos sociais da Nova República, condenando a memória histórica dos brasileiros aos resquícios de uma história mais tarde recontada, mais uma vez, por seus carrascos irrepreensíveis.

## **BREVES CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Essa é uma das muitas dificuldades inerentes ao perdão. Elas se devem ao fato de que cada um de nós, ao pensar sobre o assunto, recorre à própria experiência, muitas vezes íntima e que pode afetar nossa identidade. Assim, nos deparamos com a prova de que a experiência do perdão

é sempre pessoal e nunca pode ser institucional. O perdão nunca pode ser instrumentalizado pelo poder oficial, pois é um assunto humano, puramente humano.<sup>25</sup>

Essas reflexões sobre os rituais de perdão demonstram a viabilidade de nossa hipótese sobre os avanços na política do perdão. Esses rituais têm sido a estratégia política do Estado capitalista para lidar com os momentos mais agudos da luta de classes sem a necessidade de repressão física direta. O caso do uso do **amor** como **antecipação**, ou seja, como nem mesmo a necessidade de pedir perdão, justifica como esse processo ritualístico está avançando e exige mais capacidade de análise da classe trabalhadora para entender e não cair mais nesse engodo.

Em tempos de crise estrutural do capitalismo, faz sentido que os rituais de perdão estejam se multiplicando na tentativa de enfrentar a disputa capital-trabalho, buscando novas formas de domesticar esse conflito. Espera-se que, nos próximos anos, momentos de ritualização de elementos simbólicos, como se o Estado fosse um sujeito, acima das classes, um árbitro autônomo e imparcial, permaneçam no imaginário social e mantenham a ideologia do Estado como um “contraponto” ao capital.

## CONTRIBUIÇÃO DO AUTOR

Todos os autores contribuíram igualmente para a redação do artigo.

## REFERÊNCIAS

- 1 Chaves FS. Saude mental na psiquiatria e na psicologia:uma desconstrução de paradigma: intercurso com a espiritualidade. InterScience Place. 2017;12(4):e5. <https://doi.org/10.6020/1679-9844/v12n4a5>.
- 2 González Cruz, Edith y Doulos, Panagiotis. Reflexiones sobre la relación entre violencia y capitalismo. Universciencia. Rev Divulg Cient. 2020;18(55):1-11.
- 3 Segalen M. Ritos e rituais contemporâneos. Rio de Janeiro: FGV; 2002.
- 4 Renshaw J. “A eficácia simbólica” revisitada. Cantos de cura ayoreo. Rev Antropol. 2006;49(1):393-427. <https://doi.org/10.1590/S0034-77012006000100012>.
- 5 Lévi-Strauss C. Antropologia estrutural. Vol. 1. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; 1996.
- 6 Cichowicz APC. Diálogos acerca do rito e a sua eficácia. Mosaico Soc. 2010;5(5):101-9.
- 7 Camargo MTLA. Revisão da noção de eficácia simbólica em Lévi-Strauss, considerando-a em contexto da etnofarmacobotânica. Rev Nures. 2014;(26):1- 12.

- 8 Rosito JBA. O estado pede perdão: a reparação por perseguição política e os sentidos da anistia no Brasil [dissertação]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas; 2010.
- 9 Maluf SW. Eficácia simbólica: dilemas teóricos e desafios etnográficos. In: Tavares F, Bassi F, organizadores. Para além da eficácia simbólica: estudos em ritual, religião e saúde. Salvador, BA: EDUFBA; 2012.
- 10 Tontini C. O que é a justiça de transição? [Internet]. 2019 [citado 02 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-a-justica-de-transicao/713203151>
- 11 Resende ACZ. As políticas do perdão e a reconciliação na Austrália e no Canadá [Internet]. 2012 [citado 02 jul. 2023]. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/123456789/4713>
- 12 Ávalos G. La filosofía política de Marx. Barcelona: Herder Editorial; 2022.
- 13 EUA pedem desculpas por infectar guatemaltecos com doenças venéreas. G1 [Internet]. 01 oct. 2010 [citado 02 jul. 2023]. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2010/10/eua-pedem-desculpas-por-infectar-guatemaltecos-com-doencas-venereas.html>
- 14 Dávila J. Raça, memória e educação na formação nacional dos Estados Unidos (XIX-XXI). *Hist Educ.* 2021;25:e106499. <https://doi.org/10.1590/2236-3459/106499>.
- 15 Países deveriam se desculpar por erros cometidos no passado?. BBC News Brasil [Internet]. 05 abr. 2019 [citado 02 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/internacional-47728487>
- 16 Presidente do México pede perdão do Estado ao povo indígena Yaqui. Estado de Minas [Internet]. 28 ago. 2021 [citado 02 jul. 2023]. Disponível em: [https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/09/28/interna\\_internacional,1309819/presidente-do-mexico-pede-perdao-do-estado-ao-povo-indigena-yaqui.shtml](https://www.em.com.br/app/noticia/internacional/2021/09/28/interna_internacional,1309819/presidente-do-mexico-pede-perdao-do-estado-ao-povo-indigena-yaqui.shtml)
- 17 Mexico apologizes for 1911 massacre of Chinese in northern city of Torreon. Reuters [Internet]. 17 mayo 2021 [citado 02 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.reuters.com/article/idUSKCN2CY221/>
- 18 Boffo M, Saad-Filho A, Fine B. Neoliberal capitalism: the authoritarian turn. *Social Register.* 2019;55:312-20.
- 19 Carnut L. Marxist critical systematic review on neo-fascism and international capital: diffuse networks, capitalist decadence and culture war. *Adv Appl Sociol.* 2022;12(6):227-262. <https://doi.org/10.4236/aasoci.2022.126020>.
- 20 Para imprensa internacional, vitória de Lula representa resgate da democracia brasileira. Carta Capital [Internet] 31 oct. 2022 [citado 02 jul. 2023]. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/para-imprensa-internacional-vitoria-de-lula-representa-resgate-da-democracia-brasileira/>

- 21 Mendes Á, Carnut L. Crise do capital, Estado e neofascismo: Bolsonaro, saúde pública e atenção primária. *Rev Soc Bras Econ Polit.* 2020;57:174-210.
- 22 Poder 360. Não temos ânimo de revanche, mas garantiremos a lei, diz Lula. Poder 360 [Internet]. 01 ene. 2023 [citado 02 jul. 2023]. Disponível en: <https://www.poder360.com.br/governo/nao-temos-animo-de-revanche-mas-garantiremos-a-lei-diz-lula/>
- 23 Holloway J. El Estado y la lucha cotidiana. *Cuad Polit.* 1980;(24):7-27.
- 24 Cult. Sem anistia: o grito que ecoa há mais de 30 anos. 2023. Cult [Internet]. 28 feb 2023 [citado 02 jul. 2023]. Disponível en: <https://revistacult.uol.com.br/home/sem-anistia/>
- 25 Perrone-Moisés C. Os limites do perdão: Hannah Arendt e Jacques Derrida. *Rev Bras Psicanal.* 2014;48(4):143-6.